

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

CLÁUDIA ADRIANA ROCHA TEIXEIRA*

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de expor a importância da Educação Patrimonial no ambiente escolar, dando ênfase ao ensino de História. Neste caso, esta será vista como incentivadora de ações para conservação, preservação e valorização dos bens culturais. No entanto, o que causa a degradação e a desvalorização do patrimônio cultural é, entre outros motivos, a falta de práticas educativas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial; ensino de História; patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é produto da pesquisa que se realizou durante um projeto de extensão¹ enquanto estagiária², o qual deu origem ao trabalho de conclusão do curso de História – Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Diante do processo de modernização das cidades, percebe-se a constante desvalorização e desconhecimento com relação ao patrimônio cultural. Desse modo, a experiência no curso de História nos fez refletir sobre a necessidade de investimento na área de Educação para a valorização desses bens culturais. Foi então que começamos uma pesquisa sobre a metodologia da Educação Patrimonial no contexto escolar.

Ao desenvolver a pesquisa, podemos considerar que esse tipo de ação educativa utiliza os bens culturais como fonte primária do conhecimento, gerando um diálogo permanente entre os indivíduos e os patrimônios culturais. Portanto, suscitando um grau de pertencimento, fazendo com que o indivíduo adquira o hábito de valorizar e preservar,

¹ Projeto de Extensão “Viabilizando Possibilidades: A Educação Patrimonial na Formação de Futuros Professores” coordenado pela professora Derocina Alves Campos Sosa e supervisionado pela professora Raquel Padilha, ambas do Departamento de Biblioteconomia e História da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

² Estagiária do Centro Municipal de Cultura, na Unidade do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas – NPA.

neste caso, praticando a cidadania. Conforme Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6),

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de **preservação sustentável** desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de **identidade e cidadania**.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **autoestima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural [grifos acrescentados].

Atualmente o órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nascido sob a denominação de SPHAN³ (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), criado como secretaria durante o governo de Getúlio Vargas⁴.

De 1937 a 1969, a atuação do SPHAN voltava-se para políticas de noções de “tradição”, desse modo evidenciando o passado no intuito de legitimar uma identidade nacional, ou seja, os patrimônios culturais faziam intermédio com heróis nacionais, personagens históricos. A partir de 1969, a instituição passa sucessivamente a Departamento, Instituto, Secretaria. Portanto, recebendo a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, como é conhecido atualmente.

Esse órgão vem atuando de forma a consolidar o reconhecimento do patrimônio cultural pela sociedade. Neste caso, conforme Jara Casco (s/d, p. 5), faz-se necessário expor suas várias e diversificadas frentes de atuação:

1. Valorizar a diversidade da base social na qual o patrimônio é constituído e reconhecido;
2. Reconhecer, preservar e difundir as referências culturais brasileiras em sua heterogeneidade e complexidade e considerando os valores singulares, sentidos atribuídos e modos de transmissão elaborados pela

³ O SPHAN foi criado sob o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, e estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época (www.portal.iphan.gov.br).

⁴ Em 1936, Mário de Andrade, a convite do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, elaborou o anteprojeto de criação de um órgão voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional que primou pela originalidade em relação ao que se pensava sobre patrimônio em escala mundial, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (MACHADO, 2004, p. 11).

sociedade;

3. Permitir ao acesso de todos aos direitos e benefícios gerados por uma política compartilhada e participativa de preservação do patrimônio cultural;

4. Promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural;

5. Valorizar os acervos documentais como fonte de conhecimento para o desenvolvimento das ações de preservação;

6. Atualizar e desenvolver, em parceria com a sociedade, as políticas, mecanismos e procedimentos de preservação do patrimônio cultural, com vistas a democratizar e ampliar o conhecimento sobre a diversidade cultural do país;

7. Promover e estimular a transmissão do patrimônio cultural e da memória social a gerações futuras.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende debater o conceito de Educação Patrimonial e disponibilizar subsídios para que se ampliem as práticas educativas. Portanto, é a partir do processo educacional que se articulam as possibilidades de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos indivíduos para a importância da preservação desses bens culturais.

A metodologia da Educação Patrimonial pode ser desenvolvida no ambiente formal de ensino (escolas) ou informal (comunidade, associações de bairro, museus, parques ambientais) e também se adequar a qualquer tipologia de patrimônio, ou seja, “qualquer evidência material ou manifestação da cultura” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Fotografias, documentos, sítios arqueológicos, prédios históricos, reservas ambientais, monumentos, paisagens naturais, praças, festas e comemorações, rituais, parques ecológicos, por exemplo, são considerados patrimônios culturais.

No entanto, neste trabalho gostaríamos de destacar a importância da Educação Patrimonial no ensino formal, trazendo para o debate alguns questionamentos pertinentes: O que é patrimônio cultural? Como essa idéia vem sendo formulada e apropriada pelas instituições de ensino? Como está sendo trabalhada e refletida em sala de aula? Alicerçada em quais campos disciplinares? Quais as diretrizes, métodos e teorias da Educação Patrimonial? Quem decide o que é patrimonial? Que preparação tem o professor para trabalhar com estas questões? Qual material didático?

Nesse aspecto, devemos pensar o patrimônio de forma ampliada. Assim, com relação à escola, podemos destacar que ao longo dos tempos sua estrutura vem sendo depredada, desvalorizada dia após dia pelos seus

próprios beneficiários. Acreditamos que, para a efetivação da Educação Patrimonial no contexto escolar, obrigatoriamente precisamos partir da realidade dos estudantes, isto é, possibilitar a sua atuação na significação dos bens culturais e a participação nas soluções dos problemas.

COMO PODEMOS CONCEITUAR O PATRIMÔNIO?

A palavra patrimônio é de origem latina, derivada de *pater* – pai. Machado (2004) também nos remete ao conceito de patrimônio enquanto conjunto de bens pertencentes ao *pater*, no sentido de herança, legado, ou seja, aquilo que o pai deixa para os filhos. Também podemos denominar patrimônio o conjunto de bens de uma escola, associação, empresa ou de pessoas em geral. Nesse caso, a palavra está associada a valor monetário.

Neste artigo, tratamos patrimônio enquanto evidências materiais e manifestações das culturas, ou seja, conjunto de bens elaborados e passados ao longo das gerações.

Nesse sentido, promover a preservação e valorização desses bens culturais, exige grande investimento na área da Educação: ações educativas que possam viabilizar a aproximação entre os agentes responsáveis pela preservação (IPHAN), os que estudam o patrimônio (pesquisadores) e a sociedade em geral, estabelecendo um diálogo necessário a trocas de conhecimentos.

Portanto, vemos no ambiente escolar uma possibilidade de propagação dessas idéias de preservação e valorização. Para melhor explicitar o conceito de patrimônio, que neste caso vem acompanhado do adjetivo *cultural*, recorremos a Soares (2003, p. 46):

Quando falamos sobre Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas, etc. Esta é a visão do senso comum, porém a idéia de Patrimônio é bem mais ampla, e inclui vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio.

Dessa forma, devemos deixar bem claro que patrimônio não é necessariamente tudo aquilo que determinada sociedade considera significativo no presente, mas também o que foi importante no contexto do passado. Conseqüentemente, não é apenas o belo, o grandioso, o heróico. Também é o corriqueiro, o cotidiano, e o simples.

Assim, o uso do conceito de patrimônio requer cuidado, pois pode

estar legitimando estruturas sociais conservadoras e subestimando outros fatores. Exemplo: se perguntássemos a um estudante o que é patrimônio – uma mansão, um palácio do século XIX, ou o moinho antigo de um camponês que está em ruínas, ou ainda um sabre espanhol do século XVI, ou um pote de cerâmica “mal feito” de um escravo do século XIX, possivelmente ele nos responderia pautado pela concepção de beleza, baseado na história tradicional elitista e na imagem que já está formada em seu raciocínio.

A Educação Patrimonial vem com o intuito de desmistificar o senso comum, fazendo com que os estudantes, a comunidade em geral percebam a sua casa, sua escola, o seu bairro como patrimônios culturais pertencentes a sua história. É sempre mais fácil e cômodo dar valor e significado ao que está distante de nós, e muitas vezes o que está próximo torna-se invisível e não é digno de ser valorizado e preservado.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL

A proposta metodológica da Educação Patrimonial em termos conceituais foi introduzida no Brasil a partir do 1º Seminário realizado em Petrópolis no Rio de Janeiro no ano de 1983, balizado por um trabalho educacional desenvolvido na Inglaterra.

No entanto, ao desenvolver essa proposta metodológica no Brasil, podemos observar que a mesma foi se aperfeiçoando aos contextos patrimoniais locais. O patrimônio cultural pode ser classificado de diversas formas: patrimônio material, imaterial, ambiental ou natural, e construído, entre outras denominações, como: patrimônio arqueológico, histórico, museológico, bibliográfico, artístico, paleontológico etc.

Ao fazer um levantamento bibliográfico acerca desta temática, podemos destacar as ações da equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Em 1999, sob a coordenação da museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta, foi publicado o *Guia básico de Educação Patrimonial*, que contém a proposta de auxiliar na investigação do patrimônio cultural.

No Rio Grande do Sul, a Educação Patrimonial está sendo bem representada por Maria Beatriz Pinheiro Machado (2004), José Itaqui e Maria Angélica Villagran (1998) e André Luis Ramos Soares (2003) entre outros. Em sua pesquisa, Maria Beatriz Pinheiro Machado enfatiza a importância de orientar os professores do ensino fundamental e médio de como aplicar a metodologia da Educação Patrimonial no ambiente escolar. José Itaqui e Maria Angélica Villagran traçam um panorama da Educação Patrimonial nos municípios da Quarta Colônia, Restinga Seca e Agudo.

André Luiz Ramos Soares é organizador de um livro que traz os resultados e experiências que surgiram a partir da aplicabilidade de projetos de Educação Patrimonial no município de São Martinho da Serra, RS.

Como podemos observar, a Educação Patrimonial vem ocorrendo como processos isolados, tendo repercussão apenas na região em que se desenvolvem os projetos. Temos que ampliar nossas propostas, participando de congresso, divulgando trabalhos, formando grupos de pesquisas para a discussão de novos horizontes. Como podemos observar, a Educação Patrimonial começou de forma isolada, mas aos poucos vai adquirindo o seu espaço.

No entanto, os projetos, as ações têm que estar baseados em pressupostos teórico-metodológicos da Educação Patrimonial, a fim de que essa educação não seja praticada de maneira tecnicista, desvinculada do contexto sociocultural, possibilitando resultados imediatos, porém superficiais. Os resultados imediatos são importantes, mas temos que tentar fazer um trabalho contínuo de reflexão cidadã⁵.

Existem diversas formas de se trabalhar com o patrimônio cultural em sala de aula, articulando todas as disciplinas do currículo escolar, pois a Educação Patrimonial permeia vários campos do conhecimento. Podemos destacar algumas formas e sugestões: visitar o museu da escola – caso não possua, planejar juntamente com os demais professores e alunos um projeto interdisciplinar que possa viabilizar a construção de um memorial, ou de um museu, que terá o objetivo de contar a história do estabelecimento escolar e “conscientizar os alunos da importância do mesmo em conjuntura estrutural, prédio, classes, cadeiras, e cultural, o conhecimento que se adquire neste local” (ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998). Fazer oficinas, como, por exemplo: caixa de sapatos com objetos pessoais de cada aluno, dando ênfase ao patrimônio pessoal e individual. Investigar em forma de pesquisa os monumentos da cidade, ou mesmo da praça do bairro, enfatizando o patrimônio coletivo e a memória coletiva, a identidade nacional. Observar e investigar a casa do aluno como patrimônio cultural, através de atividades de desenho, utilizando o suporte da memória. Nesse processo, o aluno terá a possibilidade de imaginar a sua casa como um objeto integrante de sua história. Outra sugestão é fazer exposições: de objetos pessoais, trabalhos escolares, fotos antigas. Estas são algumas possibilidades que podem ser desenvolvidas no ambiente escolar, viabilizando a compreensão do significado da palavra patrimônio.

Com relação à metodologia da Educação Patrimonial, partiremos

⁵ Por reflexão cidadã entende-se o momento em que o indivíduo pensa, reflete e age sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadão para com a sociedade e o Estado.

da realidade do estudante para construir novos conhecimentos desenvolvendo a sensibilidade e a consciência para a importância da preservação do patrimônio cultural. Segundo Soares (2003, p. 46),

A metodologia da Educação Patrimonial surgiu, inicialmente, para que se desenvolvessem programas didáticos nos museus. A adequação desse método de ensino para o trabalho nas escolas é uma proposta nova, na qual os objetos estudados pertencem ao cotidiano das comunidades.

Mais uma das dificuldades de trabalhar com a questão do patrimônio é desmistificar a imagem deste, ou seja, esclarecer o que realmente vem a ser patrimônio cultural, pois a imagem que se construiu de patrimônio, como já foi dito, está arraigada na história tradicional elitista e também representada ao longo dos anos na política de patrimônio conduzida pelo Estado. Segundo Fonseca (2003, p. 56),

Entretanto, é forçoso reconhecer que a imagem construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado.

Assim, percebemos que as leis por mais de sessenta anos acabaram legitimando o patrimônio como um conjunto de monumentos antigos e que devemos preservar. Contudo, nos últimos anos essas leis sofreram algumas alterações e modificações, como o caso do Decreto 3.551/2000⁶, o qual amplia o conceito e dá ênfase às manifestações culturais.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 216, entende como patrimônio cultural brasileiro (apud FONSECA, 2003, p. 59-60)

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico,

⁶ Esse Decreto de 4 de agosto de 2000 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências (FONSECA, 2003, p. 59).

arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Conforme Ana Carmen Jara Casco, ações educativas têm sido “desenvolvidas pela sociedade, aparecem como iniciativas de grupos que assim entendem ser seu papel ou que resolvem ocupar o vazio deixado pela ausência de uma ação efetiva do Estado (municípios, governos estaduais e governo federal) neste campo”. Com relação às leis, elas existem para serem cumpridas. No entanto, basta saber se o órgão de preservação do patrimônio consegue fiscalizar todo o Brasil.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

A Educação Patrimonial no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um “espelho” onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas⁷ e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural.

Diante da modernidade tardia ou pós-modernidade e da globalização, como nos sugere Stuart Hall (2004), “está ocorrendo uma ‘crise de identidade’, que faz parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”. Desse modo, percebemos a necessidade de articular o global ao local, para gerar um debate acerca da identidade, educação e patrimônio. A partir desses aspectos, mitigar o problema do desconhecimento da história cultural brasileira e a desvalorização do patrimônio cultural. A memória coletiva⁸

⁷ Por práticas entendem-se as ações do cotidiano.

⁸ Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos (apud POLLAK, 1989, p. 3). Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses “lugares da memória” analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricos de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias (apud POLLAK, 1989, p. 3).

é uma das maneiras mais significativas para a manutenção da identidade cultural. Atualmente o patrimônio cultural vem sofrendo grandes prejuízos com a modernização, casas “velhas” são destruídas na calada da noite e dão espaço a casas “novas” e prédios exuberantes de “bom gosto”. Corpos d’água (patrimônio natural) são poluídos em nome do desenvolvimento e do progresso. Sítios arqueológicos são descaracterizados por ignorância na busca ao “tesouro perdido”. Esses são alguns dos exemplos de destruição que vêm acontecendo.

Também gostaríamos de salientar a questão da identidade local, do amor-próprio, pois o patrimônio a ser preservado tem que ser algo que diz respeito à sociedade, não deve ser nada imposto pelo órgão de preservação. Dessa forma, podemos justificar a importância do trabalho da Educação Patrimonial, pois nesse processo educacional permanente a sociedade terá a possibilidade de conhecer, se apropriar e valorizar o patrimônio cultural local.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96⁹, garante aos estudantes um ensino diversificado voltado para as características regionais e locais de cada cultura. No entanto, a metodologia da Educação Patrimonial no ensino de História pode aproximar os indivíduos dos seus objetos de pesquisa, contribuindo para que o aprendizado seja prazeroso e estimulante.

DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

Com a globalização, um dos desafios do século XXI é estabelecer-se relação entre as disciplinas do currículo escolar, ou seja, como sugere Morin (1999), religar os conhecimentos. A interdisciplinaridade é a integração entre teoria e prática, entre a ciência e o conhecimento empírico, visualizando a formação integral na perspectiva da totalidade. De acordo com Ricardo Oriá (2005, apud MORAES, s. d., p. 7),

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões pertinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de curso de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar

⁹ No artigo 26, dispõe que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve analisar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos Estados e Municípios (ORÍÁ, s. d.).

informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e conseqüentemente o interesse pelo tema.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), está prevista a temática da Educação Patrimonial para o Ensino Fundamental. Os temas transversais, pluralidade cultural e o meio ambiente são caminhos que possibilitam o diálogo de questões referentes ao patrimônio cultural e conseqüentemente dão espaço a projetos de Educação Patrimonial nas escolas. Como podemos observar, os temas transversais mantêm uma relação estreita com a interdisciplinaridade.

A transversalidade mantêm uma relação com a interdisciplinaridade, bastante difundida pela Pedagogia. São maneiras de se trabalhar o conhecimento buscando uma reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros pelo tratamento das disciplinas (MORAES, s. d., p. 7-8).

Será mais fácil trabalhar com o patrimônio cultural no âmbito das disciplinas da área de Ciências Humanas, pois a mesma está muito próxima do tema. Já no que diz respeito às outras áreas do currículo, o professor tem certa dificuldade, pois o tema patrimônio cultural não está presente em suas análises e reflexões cotidianas. Horta (2005) esclarece que isso também pode ser justificado pela formação dos professores em um currículo fragmentado e desarticulado, que não possibilita ver o processo educacional como um todo.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFESSORES

A experiência no curso de História em atividades nos laboratórios de arqueologia¹⁰ sempre nos possibilitou estar em contato direto com questões referentes ao Patrimônio Cultural. Esse contato se deu a partir de vistorias, escavações, pesquisa e ações educativas.

Com relação à Educação Patrimonial no município do Rio Grande, podemos destacar o projeto de estágio¹¹ realizado junto ao curso de Magistério do Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller, com o objetivo de capacitar futuros profissionais da educação como agentes

¹⁰ Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAN, da FURG, e Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Centro Municipal de Cultural.

¹¹ Viabilizando Possibilidades: a Educação Patrimonial na Formação de Futuros Professores.

multiplicadores na preservação do patrimônio cultural. Esse projeto foi de grande importância para ambas as partes – Universidade e escola –, pois houve uma integração dos conhecimentos elaborados a partir da investigação desses bens culturais.

As questões trabalhadas e refletidas nesse contexto educacional multiplicaram-se, ou seja, as futuras professoras desenvolveram atividades referentes ao patrimônio no ensino fundamental. As normalistas tiveram a orientação necessária de como trabalhar com a metodologia da Educação Patrimonial em sala de aula ou fora dela. Desse modo, fora da sala de aula deu-se destaque às visitas monitoradas, que são indispensáveis no estudo do patrimônio cultural. Nesse processo educativo, tem-se a possibilidade de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos estudantes para a importância da preservação desses bens culturais. Segundo Bergamaschi e Stephanou (2000, p. 97):

Nesse sentido, caminhar pelas cidades, observar seus prédios, visitar museus, igrejas, entrevistar moradores, degustar as peculiaridades culinárias, observar práticas culturais, além de documentos produzidos em outras épocas, constitui uma possibilidade ímpar para operar com o tempo, compreender suas descontinuidades e permanências, confrontar temporalidades diversas, situar períodos históricos em relação ao presente.

As escolas sofrem grande carência de material didático para que os professores possam trabalhar as questões referentes ao patrimônio cultural, histórico e arqueológico em sala de aula, pois poucos pesquisadores no contexto universitário estão preocupados em atingir esse público de leitores (comunidade e escola do ensino fundamental e médio). O conhecimento gerado dentro da universidade é de utilidade de poucos. Faz-se necessária essa integração entre escola, universidade e comunidade, isto é, ensino, pesquisa e extensão, pois nada será válido, nem viável se o conhecimento gerado na universidade ficar só de domínio privado.

CONCLUSÃO

A análise da bibliografia específica do trabalho demonstra que os pesquisadores estão empenhados na ação de preservação do patrimônio cultural do Brasil e engajados na tarefa de difundir os desdobramentos da Educação Patrimonial no País.

No entanto, o patrimônio cultural ainda se encontra vulnerável. A

noção de modernidade condena o “velho e antiquado” ao desuso; a memória caiu no esquecimento. Como lembrar as tradições sem ser tachado de “cafona” e “antiquado”?

Na atual pós-modernidade ocidental, o ser humano é tratado como objeto, os idosos são isolados da convivência em sociedade. Já nas comunidades indígenas, é valorizada a figura do ancião, pois ele é o detentor do saber, o mantenedor da memória, o responsável pela transmissão das manifestações culturais de geração para geração, isto é, uma pessoa que exala experiência.

Portanto, necessitamos de uma mudança de mentalidade, e para isso justificamos a importância do trabalho da Educação Patrimonial, pois este tem a possibilidade de tornar os indivíduos ativos e conscientes das suas ações no planeta.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; STEPHANOU, Maria. Ensino de História e Educação Patrimonial: memória açoriana. In: JORNADA DE ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO. Porto Alegre: EST, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História. Brasília, 1998.

CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. Sociedade e educação patrimonial. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 03 out. 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. A instituição. Disponível em: <www.portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2007.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. *Educação patrimonial: a experiência da Quarta Colônia*. Santa Maria: Palloti, 1998.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação patrimonial: orientação para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco, 2004.

MORAES, Allana Pessanha. A educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. Disponível em: <www.cereja.org.br>. Acesso em: 05 out. 2007.

MORIN, Edgar. *O desafio do século XXI: religar os conhecimentos*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

ORIÁ, Ricardo. Educação patrimonial: conhecer para preservar. Disponível em: <www.portaleducacional.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

